



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

REQUERIMENTO PARA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Solicita realização de Audiência Pública para discussão do tema: “A VENDA DE IMOVEIS DA UNIÃO FEDERAL – GALPÕES DO IBC E CAMPO DO SANTA CRUZ: INTERESSE PÚBLICO DE DESTINAR O USO DAS ÁREAS”.

Prezados Senhores Vereadores,

Requeremos, nos termos regimentais, a aprovação de V.Exas. para a realização de Audiência Pública junto à esta Casa de Leis para discutir o tema “**A VENDA DE IMOVEIS DA UNIÃO FEDERAL – GALPÕES DO IBC E CAMPO DO SANTA CRUZ: INTERESSE PÚBLICO DE DESTINAR O USO DAS ÁREAS**”, a ser realizado de forma remota/virtual no dia 31/07, de 09 às 12hs, em link a ser disponibilizado oportunamente pela Secretaria Geral da Mesa.

Vereador Cleber Felix
DEMOCRATAS





JUSTIFICATIVA

O capixaba foi surpreendido com a notícia de que o governo federal vai leiloar, até o fim do ano, diversos imóveis de sua propriedade, sendo incluídos os antigos galpões do IBC, em Jardim da Penha, e o Campo do Santa Cruz, em Santa Lucia, todos em Vitória.

Segundo matérias jornalísticas veiculadas, a oferta será realizada por meio da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SCGPU).

Consultores imobiliários entrevistados afirmam que são várias as possibilidades para o local: de prédios e condomínios residenciais a empreendimentos mistos, com comércio, restaurante e até salas de cinema.

Os editais dos leilões estão previstos para publicação nos próximos meses, por isto, o pouco tempo que a sociedade tem para discutir exige intervenção urgente de um amplo debate.

Ocorre que a Constituição Federal impõe, em seu art. 37, a chamada supremacia do interesse público sobre o privado, ou seja, para um imóvel público ser vendido, deve-se esgotar todas as possibilidades de destinação de seu uso público, o que não ocorreu nos presentes casos, o que motiva este Vereador à discutir publicamente este problema que poderá ser causado, levando às comunidades em seu entorno à terem severas consequências, caso seja dada destinação aos mesmos contrários aos interesses públicos.

Sequer o Município pode manifestar oportunidade de uso das áreas, o que exige o debate amplo, aberto e público.

